



# Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 007.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1990  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Luiz Carlos Alborghetti.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Arialba Freire, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur e Sabino Campos (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, José Alves, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão em votação as atas que acabam de ser lidas. - Aprovadas.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - O nosso Regimento Interno, Sr. Presidente, determina que para aprovarmos a Ata se faz necessária a aprovação de um terço dos Parlamentares. Pela aparência visual, Sr. Presidente, não temos 18 Deputados presentes. É com base nisso que requero verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.  
(É procedida à chamada nominal)  
Trinta (30) Srs. Deputados responderam à chamada. Há quórum para votação.  
Estão em votação as Atas. - Aprovadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 48/90

Curitiba, 07 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do Art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, ao Termo de Acordo cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 11 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio profissionalizante.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 49/90

Curitiba, 07 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do Art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, ao Termo de Acordo cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 11 de janeiro de 1990, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° 34/90, do Sr. Desembargador Ronald Accioly, Presidente do Tribunal de Justiça em exercício, encaminhando plano de lei aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal, em 09 de fevereiro do corrente, objetivando criar cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário para o Tribunal de Alçada. - Ao conhecimento da Casa.

Ofício n° 070390-A

Curitiba, 07 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País, no período compreendido entre os dias 14 e 23 do corrente mês, por motivos particulares e profissionais ligados à áreas de especialização em meio-ambiente, sem que contudo haja, em virtude do meu afastamento, qualquer ônus para esta egrégia Assembléia Legislativa.

Sem outro particular para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 098/90, que concede pensão mensal à Sra. Vitória Santoro Urbano, viúva do ex-Prefeito João Urbano do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

REQUEIRO votação nominal ao requerimento de convite ao Dr. José Cid Campelo, presidente da OAB-PR, para falar sobre dívidas do Estado junto ao Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Senador Carlos Chiarelli, futuro ministro da Educação, manifestando solidariedade desta Assembléia Legislativa pela demonstração de clara visão da educação ideal com relação à integração das escolas públicas com escolas particulares, permitindo um melhor entrosamento e relevante desempenho das atividades do ensino em nosso País.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para emitir parecer ao Projeto de Lei n° 32/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Doutor Antônio Paranhos, com território desmembrado de São Jorge D'Oeste, durante o transcorrer da Sessão Plenária do dia 13 de março de 1990.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja incluída no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, a criação e posterior instalação da Comarca Judiciária de Borrazópolis.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e aos Vereadores que integram aquela Casa de Leis, bem como ao Vice-Prefeito.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LENO

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora apresentada ao plenário desta Assembléia vem atender à preman-

te dinamização da prestação jurisdicional na região do Município de Borrazópolis, que pelo aumento da atividade sócio-econômica, vê a população fixa e a flutuante aumentar constantemente, tendo como consequência uma maior afluência de processos judiciais, que necessitam de um pronto atendimento do poder constituído, a fim de se prestar à população um serviço público qualitativo e quantitativamente correto, até como forma de agradecimento pela sua faina produtiva, que se traduz na pujança regional.

## REQUERIMENTO N° 295

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, da publicação subscrita pelo Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho, Secretário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e que seja dada ciência do teor deste requerimento, àquele Poder.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO N° 276

Senhor Presidente.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, vem respeitosamente pedir à egrégia Assembléia que se digne a consignar nos Anais Legislativos do Paraná voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em Curitiba, do Professor Emérito da Universidade do Paraná, Doutor Victor Ferreira do Amaral Filho, mestre catedrático da cadeira de Clínica Obstetria da Faculdade de Medicina; por 44 anos professor de diversas gerações de acadêmicos, fundador da Casa da Mãe Solteira, da pioneira creche Ana Messias, e mentor, com sua esposa, Dona Paula Pedroso do Amaral, de experiência bem sucedida, e então absolutamente original no Paraná, de assistência e proteção à maternidade e à infância.

Doutor Victor Ferreira do Amaral Filho soube combater o bom combate, na expressão do Apóstolo Paulo, e certamente já colhe os frutos que a Fé assegura aqueles que sabem passar a sua vida fazendo bem entre os semelhantes nesta terra.

Deixa viúva a emérita e venerável educadora, "Tia Paula", Paula Pedroso do Amaral, a filha Heloísa, o genro Manoel Cavalcanti Filho, numerosa família, e incontáveis amigos. Pelas suas mãos, refere-se jornal local, vieram ao mundo perto de 8 mil crianças, na profícua carreira médica, à qual a Assembléia e o povo do Paraná, devem, em perpétua memória, agradecer e honrar. Pede-se que se dê ciência à ilustre família desta manifestação de pesar e de outras manifestações correlatas que

evidentemente entrarão nos Anais Legislativos do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) RAFAEL GRECA.

## REQUERIMENTO N° 288

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Dr. ANTONINHO KRICHENKO.

Médico dedicado e capaz, o Dr. Antoninho Krichenko prestava serviços no Hospital Nossa Senhora das Graças e Clínica de Fraturas XV, onde ao longo dos anos, angariou o apoio, admiração, amizade, carinho e respeito dos colegas de profissão, servidores, pacientes e familiares que testemunhavam seu amor à profissão e ao ser humano.

Sua folha de serviços como cidadão, pai de família e exemplar profissional justificam, por si só, a presente manifestação que a Casa Legislativa faz, emocionada, aos familiares de Dr. Antoninho Krichenko.

Que do teor do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO N° 290

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos deste Poder, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao eng° IVO ARZUA PEREIRA, pela sua recondução à Provedoria Geral da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Reeleito na última semana, para mais dois anos de mandato, o Dr. Ivo Arzua exerce o cargo de dirigente máximo da Santa Casa, já por três mandatos, desenvolvendo um trabalho extraordinário, sem par em nossa história, pela reconstrução e manutenção da Irmandade de Santa Casa.

Basta citar o exemplo da reconstrução da Santa Casa, quando do incêndio que destruiu várias dependências do hospital. Na oportunidade, o espírito empreendedor e determinado do eng° Ivo Arzua superou todas as dificuldades que pareciam impor o fechamento do hospital.

Não se limitando à instituição que dirige, o eng° Ivo Arzua luta por um tratamento não paternalista mas, justo e digno às Santas Casas e Hospitais filantrópicos, por parte do Governo, de quem apenas têm merecido esquecimento, promessas e desca-so.

O engenheiro Ivo Arzua foi, pratica-

mente, intimado a permanecer frente à Irmandade, em virtude de um abaixo assinado feito pela comunidade da Santa Casa, evidenciando o respeito e admiração angariados pela figura em foco, dentro da entidade.

Não pode o Poder Legislativo ficar imune frente às manifestações de apreço a essa figura extraordinária que tantos serviços nos tem prestado, ao longo de tantos anos.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 285

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a realização, neste Poder Legislativo, de MESA REDONDA, com a finalidade de debater e analisar o anteprojeto de lei, elaborado pela Secretaria de Estado da Administração, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais.

Tal debate, a ser realizado dentro de um prazo máximo de quinze dias, contará com a presença e participação paritária de representantes do Governo do Estado, envolvidos com a elaboração do anteprojeto, comunidade e servidores estadual, além dos senhores deputados estaduais, juristas e demais interessados no assunto.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O tratamento uniforme para todos os servidores, índices únicos de reajuste salarial, fora de ingresso mediante concurso, são alguns dos muitos e polêmicos pontos abordados no Regime Único para o funcionalismo estadual, que deverá entrar em vigor após a promulgação da Lei.

O Diário Oficial que circulará na próxima quarta-feira, dia 14, trará, na íntegra o anteprojeto de lei que institui o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais, em cumprimento aos mandamentos das Constituições Federal e Estadual. Com essa publicação, espera-se receber novas críticas e sugestões.

O Governo do Estado do Paraná, em janeiro em 1989, criou um Grupo de Trabalho, composto de técnicos de alto nível para elaborar um anteprojeto sobre o disposto constitucional. Em janeiro de 1990, o anteprojeto foi entregue aos dirigentes dos órgãos governamentais e aos dirigentes das entidades sindicais, para que se procedesse a análise crítica e apresentassem as propostas alternativas.

No dia 24 de janeiro de 1990, os dirigentes das Entidades Sindicais apresentaram sua análise crítica e suas propostas a nível macro, visando atender o cronograma

estabelecido.

No entanto, segundo os dirigentes sindicais, o Governo, pela Secretaria de Estado da Administração, só no dia 09 de fevereiro entregou a 2ª versão do anteprojeto, sem ter contemplado as propostas alternativas das entidades classistas, motivo pelo qual, os servidores, através de suas entidades, têm se mobilizado no sentido de alertar pontos inconvenientes do anteprojeto, como prejuízo ao direito adquirido de algumas categorias e outros vícios. Ora, embora se aperceba a necessidade e importância da implantação de um novo regime jurídico para os servidores do Estado, é de bom alvitre prevenir para que isso não venha em prejuízo a esses servidores. Há o caso nítido dos integrantes do magistério que em moções intermináveis, têm nos apontado os prejuízos advindos à categoria, por ocasião do anteprojeto.

A Constituição que procurou ensejar conquistas à população do Paraná, promovendo a justiça no seu mais alto grau, não pode, em hipótese alguma, propiciar a edição de atos que venham caracterizar exatamente a perda de direitos adquiridos.

Destarte, ao Poder Legislativo, cabe o estudo aprofundado da questão, visando a fundamentação da sua posição quando da análise e votação da matéria, visando a prevenção de tais prejuízos ao Estado, aos Servidores ou à população.

É importante destacar que as conclusões dessa Mesa Redonda servirão de alicerce para o parecer a ser oferecido pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado sobre a instituição do Regime Jurídico Único.

#### REQUERIMENTO N° 273

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestionando pela implantação, em caráter de urgência, da DELEGACIA ESPECIALIZADA DA MULHER, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

#### JUSTIFICATIVA:

A violência praticada contra a mulher é a mais covarde das violências. Porque tem a mulher como um ser inferior, que deve obediência e merece ser castigada. Porque tem a mulher como uma propriedade masculina que pode e deve ser violentada, espancada e, muitas vezes, até assassinada a bel prazer de seus senhores.

Tais práticas - que integram ainda o cotidiano da mulher brasileira em todas as

classes sociais - remetem aos tempos passados, quando as mulheres eram enterradas vivas, junto aos seus maridos, quando estes morriam. Ou queimadas em fogueiras como "bruxas" e encarnações do demônio.

Ou, ainda, trancadas em cintos de castidade, quando seus maridos iam à guerra.

Apesar da humanidade adentrar o século XXI, com inúmeras conquistas tecnológicas e científicas, ainda coexistem, em nosso país, relações humanas baseadas na brutal violência física e moral, praticada por aqueles que são, na verdade, fracos. Os que, não tendo a força do argumento, usam e abusam do argumento da força. E ficam impunes, por força de uma herança cultural pesada que atribui a homens e mulheres papéis sociais diferentes na sociedade.

É contra essa situação que se erguem os movimentos femininos brasileiros. A melhor tática é a denúncia. O melhor canal é a informação. Quem sabe tomando conhecimento dos casos de violência e de suas vítimas, a nossa sociedade seja levada a questionar estas práticas e rever seus comportamentos. As mulheres, organizadas se levantam contra a violência. Querem e lutam por uma sociedade igualitária, onde ninguém escraviza ninguém. E onde homens e mulheres sejam respeitadas como pessoas e possam viver com dignidade.

Reconhecer, identificar, denunciar e punir as agressões físicas, sexuais e simbólicas que atingem à dignidade do corpo, dos sentimentos e da imagem da mulher é tarefa de todos os que se propõem a combater a violência em nossa sociedade.

Esta violência se expressa tanto em relações interpessoais como em práticas institucionais e em preceitos legais. O combate à violência sobre a mulher ao qual o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se incorpora, através de sua luta, se desdobra, assim, em várias frentes.

A primeira delas, tem como campo de batalha a ideologia discriminatória que desvaloriza o feminino e empresta ao corpo da mulher a função de objeto manipulável, impedindo que a própria mulher reconheça e nomeie a violência de que está sendo vítima. Neste sentido, é necessário que a voz de cada mulher agredida se multiplique e fale por todas aquelas que têm "vergonha de apanhar", "vergonha de sofrer vexames sexuais", por todas, enfim, que sofrem caladas, impotentes e cúmplices, pelo silêncio, de suas pequenas mortes cotidianas.

A valorização social do feminino vai, assim, de par com o combate à agressão, ao estupro e ao assassinato, no sentido de que estes atos são expressões máximas de um mesmo contingente de violência, de preconceitos e discriminações.

Outra frente de batalha está sendo desenvolvida dentro da própria estrutura po-

licial, com a criação das Delegacias Especializadas no atendimento à Mulher, expressão institucional dos grupos de apoio às vítimas de violência, como S.O.S., que oferecem solidariedade e aconselhamento às que ali recorrem.

Vamos analisar, separadamente o trabalho das Delegacias da Mulher. A mesma medida em que vemos crescer o número de atendimento nessas delegacias especializadas, vemos que, muito embora haja realmente a violência contra a mulher, há cada vez mais, um combate através da denúncia, a essa violência.

A experiência das Delegacias da Mulher, tem tido espetacular importância na luta geral pela dignidade da mulher, como ser humano e pessoa social. O primeiro trabalho, esse desenvolvido pelos movimentos femininos e outras organizações, partidos políticos, etc, no sentido da conscientização da mulher, deve encontrar canal competente para vazão. E esse canal, entendemos, tem de ser criado pelo Poder Público e está, por ora, materializado na estrutura das Delegacias da Mulher.

Desnecessário perfilar as "imperfiláveis" razões pela criação dessas Delegacias, ninguém mais capacitado para avaliar a importância delas senão o Senhor Secretário da Segurança, homem que dispõe dos gráficos do atendimento, nas Delegacias do Estado, das mulheres vítimas de espancamentos, estupros e outras formas de violência.

Está para ser analisado o trabalho extraordinário desenvolvido pela Delegacia da Mulher, em Curitiba, atendendo a todos os dias, centenas de casos, que culminam, exatamente, na punição a tais atos.

A experiência da Capital constitui argumento suficiente para convencer a quem ainda não o estiver - da necessidade da criação da Delegacia da Mulher em outras localidades do Estado. Sobretudo, a Região Oeste, onde a violência à figura feminina, assume índices e proporções assustadores.

A sede dessa Delegacia na cidade de Foz do Iguaçu, representaria um atendimento conveniente e eficiente à toda a Região Oeste, ansiosa por este serviço policial especializado.

Certa de que o Senhor Secretário da Segurança, ponderando acerca dessas razões e do cimo da sua responsabilidade de homem consciente, não medirá esforços para a concretização do pleito, dentro da brevidade que a própria questão requer, confiamos nas providências a serem tomadas.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Prefeito Municipal e Vereadores à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, GILDA POLI ROCHA LOURES, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, DELSO JOSÉ TRENTIN, solicitando sejam feitas gestões, no sentido de viabilizar com a brevidade que o caso requer, a liberação de recursos para a imediata ampliação do prédio que abriga a Escola estadual Doutor Munhoz da Rocha - Ensino de 1º Grau, situado no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, com a construção de mais duas (2) salas de aula.

Vale mencionar que a Escola em questão está situada numa região que concentra um número considerável de alunos, funcionando com os Cursos de: Pré-Escola a 8ª Série do 1º Grau, com o Projeto Tempo de Criança, Ciclo Básico e Contra-turno, com apenas 4 salas de aula, insuficientes para conter a demanda, em torno aproximadamente de 300 alunos no respectivo ano letivo.

A Escola é de Porte II, atendendo a uma clientela não apenas local, mas de regiões vizinhas, o que imperiosamente, exige um espaço físico que possa oferecer melhores condições ao ensino, podendo destinar-se, inclusive, às mais variadas finalidades, como encontros Comunitários, Religiosos e Sociais, para os quais ainda não possui uma sala especial.

A presente moção tem sua origem nos ofícios n.ºs 04/90 e 05/90, endereçados respectivamente àquelas autoridades, pela Associação de Pais e Mestres da referida Escola, que tem como propósito solucionar o mais breve possível essa questão, que tantos problemas tem causado ao andamento dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 272

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, após ouvido o Colendo Plenário, e na forma regimental, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, gestionando pela implantação de uma Escola de Profissionalização para Menores, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

São alarmantes os números a respeito do menor carente, do menor abandonado e infrator, no nosso País. Esses números nos chamam a atenção para uma realidade e a inegável necessidade de criarmos mecanismos para:

- I. Garantir à criança brasileira os padrões mínimos de vida, segundo a UNICEF;
- II. Garantia à dignidade, a um futuro certo, livre das ruas cheias de miséria, fome, abandono e violência de nosso País; e
- III. Cumprimento ao que dispõe a Constituição brasileira, no que diz respeito à criança, como compromisso prioritário, no campo social, pela sua educação e profissionalização.

Há muito que se diz "construam-se escolas e fechem-se prisões". Pouco se fez. Eis que as prisões estão aí, cada dia mais cheias, abarrotadas de infratores e outros que, ao ingressar no recinto penal, eram primários e, ao deixá-lo, serão, certamente, delinqüentes potenciais.

Por processo similar, passam milhões de crianças brasileiras, seres promissores, com seus horizontes ceifados, pela miserabilidade social de nosso País. É preciso impedir que, primeiro, a criança permaneça na rua onde, pelas mais variadas razões, comete a primeira delinqüência e que, em virtude disso, ingresse numa instituição correcional. Porque, aí sim, ela terá contato diário e direto, com as diversas modalidades da delinqüência.

Foz do Iguaçu pode ser encarada como a Capital brasileira do menor abandonado, carente e infrator - guardadas as devidas proporções - uma vez que é uma das cidades brasileiras que mais cresce. Com esse crescimento, naturalmente, caminham outros, como a prostituição, a delinqüência juvenil e as crianças nas ruas.

É necessário deixar cair as escamas de piedade dos nossos olhos, quando analisamos o problema do menor e enxergá-lo com as vistas da responsabilidade. A educação e profissionalização de tais crianças, colocando-as a salvo de todas as formas de marginalização, opressão, violência, discriminação e crueldade é dever do Estado, consoante reza a Constituição Federal.

O compromisso do Estado com essas crianças será efetivado à medida em que elas deixarem de freqüentar as ruas e a crônica policial, passarem a receber educação e profissionalização próprias, trabalhando pela construção de seu futuro e pelo resgate à dignidade de toda a gente brasileira.

Tirem as crianças das ruas e livrem o Brasil do fardo pesado da irresponsabilidade social.

Dê-se ciência do teor do presente ao Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 281

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-



QUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando equipamento adequado para que a Polícia possa enfrentar e combater uma das maiores crises de crime que vem ocorrendo na Região Oeste do nosso Estado, especialmente nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra.

Outrossim, aproveito para sugerir ao Excelentíssimo Governador do Estado, Dr. Álvaro Fernandes Dias, apoio no sentido de fazer um apelo ao Ministério do Exército, que tanto se preocupa com a segurança nacional, que está inserida a segurança do cidadão, contra o avanço gigantesco da onda de crimes e contrabandos na Região Oeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Não dá para ficar omisso diante da gravidade da situação devido a grande crise que vem assolando, criminalmente, nossa Região Oeste, com crimes absurdos e contrabandos cada vez mais freqüentes deixando a população e nosso cidadão honesto e trabalhador totalmente inseguro com relação à sua própria vida e de seus familiares.

Sabemos que é vedado à Polícia Militar e também à Polícia Civil, o uso de armamento pesado, privilégio exclusivo das Forças Armadas.

Poderemos até compreender as limitações. No entanto, não entendemos o porquê de o Exército, detentor desse equipamento pesado, não intervir no sentido de socorrer as forças de segurança de nosso Estado, para fazer frente às quadrilhas que estão dotadas de verdadeiro "arsenal de guerra", através dos quais praticam bárbaros crimes e assaltos à população desamada e desprotegida.

Não suportamos mais ver nossos policiais com "estilingues" nas mãos enfrentando metralhadoras.

A Região Oeste do Paraná está na iminência de ser transformada no mais seguro refúgio dos que fogem da guerra boliviana contra o Cartel de Medellín.

Recente reportagem em determinada revista sobre o corredor do tráfico de cocaína mostra que estamos muito próximos desse período eminente, caso não haja uma atuação mais firme da Segurança Pública, somando-se às outras forças, das quais dispomos na Nação.

#### REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, após ouvido o Colendo Plenário, e na forma regimental, seja en-

viado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado dos Transportes, gestionando pela implantação de pavimentação asfáltica da ligação da Estrada Velha de Guarapuava ao Jardim Copacabana e a Estrada Velha de Guarapuava com Avenida Mário Filho e, ainda, Mário Filho com a Rua do Café Presidente, que desemboca na BR-277, no Município de Foz do Iguaçu.

Todas as obras aludidas referem-se a compromissos tanto do Sr. Governador como do Sr. Secretário dos Transportes, à comunidade local, por ocasião da campanha eleitoral e de suas visitas à região.

Lamentavelmente e por razões desconhecidas, tal pavimentação não foi executada, acarretando grandes transtornos à população, usuária dos trechos localizados no perímetro urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

Certa de que o Secretário dos Transportes já conhece a necessidade de tal pavimentação, confio na imediata tomada de providência, a fim de que seja efetivamente concretizada.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado, IPE, gestionando pela instalação, em caráter de urgência, de uma farmácia daquela instituição no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento que vem sendo feito aos servidores estaduais, em Foz do Iguaçu, é revestido da maior precariedade. Precariedade refletida na falta de profissionais para atendimento às necessidades dos segurados, procura mais acentuada que a oferta de consultas, além da impossibilidade do gozo do benefício de desconto na compra de medicamentos, pelo IPE, pela inexistência constante de tais medicamentos.

Não pode o segurado que contribui para a existência do Instituto, ser penalizado com um atendimento ineficiente. A recíproca deve ser verdadeira entre segurado e órgão de previdência ao que, inferimos ser premente a instalação de uma posto do IPE, em Foz do Iguaçu, à altura do grande número de servidores que prestam serviços naquela localidade e demais municípios da Região.

Que o teor do presente, dê-se conhecimento aos senhores Vereadores e Prefeito municipal de Foz do Iguaçu.

**REQUERIMENTO N° 284**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à FUNDEPAR, gestionando por reparos imediatos nas Escolas BARTOLOMEU MITRE e MONSENHOR GUILHERME, no Município de Foz do Iguaçu.

É, simplesmente, crítico o estado em que permanecem funcionando as escolas em alusão. A Escola Bartolomeu Mitre tem toda a sua instalação elétrica comprometida e, em função disso, permanece funcionando na iminência de uma tragédia, colocando em risco funcionários, alunos e professores.

A Escola Monsenhor Guilherme, por sua vez, está totalmente comprometida e só ainda não foi fechada devido à necessidade imperativa de atender à comunidade. Esta, aliás, está revoltada, diante do estado de calamidade em que se encontra o estabelecimento, responsável pelo atendimento de centenas de crianças em idade escolar.

Sabemos dos elevados custos dos reparos necessários porém, é de bom alvitre destacar que serão bem superiores os custos advindos da construção de uma nova escola quando essas ruírem definitivamente.

Certa de que a Secretaria de Estado da Educação saberá aferir a devida importância ao presente, confiamos nas providências a serem adotadas, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Que teor do presente dê-se ciência ao senhor Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

**REQUERIMENTO N° 289**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria Especial de Esporte e Turismo. Excelentíssimo Sr. Secretário Edson Gradia, gestionando pela liberação de uma verba de subvenção social no valor de NCz\$ 30.000,00 (trinta mil cruzados novos), para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis. Tal destinação deverá viabilizar a instalação de iluminação da cancha de futebol suíço, na comunidade de Santo Eduardo, no Município de Mariópolis.

Tal espaço é utilizado constantemente para o lazer dos moradores da região. Como os trabalhadores são utilizadores poten-

ciais da cancha onde, depois de um longo dia de trabalho, gozam de alguns momentos de lazer, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis vem solicitar a iluminação a fim de que o espaço possa também ser utilizado durante o entardecer e à noite.

Certo de que a Secretaria de Esportes saberá aquilatar o alcance da medida, confiamos nas providências a serem tomadas para a sua concretização.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 287**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à FUNDEPAR, gestionando pela construção, em caráter urgente, de uma escola de primeiro grau na localidade Linha Cordeiro - Jaboticabal, no Município de Marmeleiro.

Tem o Estado um compromisso inalienável com a educação da população. Logicamente que esse compromisso passa pela garantia do acesso da população a todos os níveis da educação sistemática. É visando garantir esse princípio que gestionamos - em caráter de apelo - à FUNDEPAR, pela construção de uma unidade escolar no município de Marmeleiro, na localidade Linha Cordeiro - Jaboticabal, região que, pelo crescimento experimentado nos últimos anos, carece com urgência de uma escola de primeiro grau. Tal estabelecimento viria atender às crianças em idade de alfabetização, numerosas que são, provenientes de famílias moradoras da localidade.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 292**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial à Secretaria do Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

01. Quantos são os professores mantidos através de convênio, entre Estado e Prefeituras?

02. Quanto isso representa na folha de pagamento da Secretaria da Educação?

03. Quando foram celebrados os últimos convênios para prestação de serviços por



tais professores?

04. Quantos e quais os convênios cancelados pelo Estado do Paraná, nos últimos seis meses?

05. Quais as razões que motivaram tais cancelamentos?

06. Quais os atos que cancelaram esses convênios?

07. Quais os critérios para celebração de convênios para manutenção de professores, entre Estado e Prefeituras, e quais as responsabilidades de cada parte, no convênio?

08. Quais as possibilidades da SEED vir a contratar novos professores conveniados?

09. Quais as possibilidades da SEED vir a cancelar convênios nesse sentido?

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Professores conveniados de todo o Estado nos têm manifestado suas apreensões em virtude do cancelamento dos convênios, através dos quais foram admitidos, ou pela iminência dele ser feito.

Segundo nos afirmam tais professores, a dispensa é totalmente descabida, uma vez que não há outra forma de preenchimento das vagas que restarão abertas, havendo a lógica necessidade de profissionais para atendimento a clientela escolar.

Se há uma dispensa em massa de tais servidores, como nos procuram alertar, só poderemos saber através dos números que dispõe a Secretaria competente, da Educação.

Para um assenhoramento do assunto, como a questão requer, a fim de que possamos tomar a posição mais lúcida e justa possível, necessitamos de detalhamento do tratamento que a SEED dispensa a tais profissionais, bem como a ordem processual pela qual eles são admitidos em convênio.

Se corretas as informações prestadas e arroladas nesta justificativa, também é indispensável que a Secretaria da Educação aponte-nos a razão pela qual os professores conveniados têm sido demitidos e a alternativa que a Secretaria adotar para o equacionamento da falta de pessoal que de tais dispensas advirá.

Certo de que a SEED encaminhará prontamente as informações, conforme os prazos em lei, confiamos nas providências a serem adotadas, a fim de solucionar a problemática enfocada.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato dos Professores do Paraná, APP, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador solicitando um reestudo na política salarial do funcionalismo público tendo em vista a galopante inflação que vem arrochando a todos aqueles que não têm reajustados seus vencimentos no mínimo mensalmente, tornando-os incapazes de atenderem as necessidades vitais básicas o que leva-os ao desespero e consequentemente a insatisfação crítica no desempenho dos seus afazeres.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os servidores públicos estaduais revoltados com o Governo do Estado do Paraná que, não está cumprindo o acordo que assinou no final do ano passado, denunciam a defasagem salarial que já chega a 138%. Uma situação insustentável, tendo em vista a tendência de inflação acima dos 70% para este mês.

Além da defasagem salarial, a situação dos servidores é complicada também com relação as discussões e implantação do regime único e a participação do controle popular nos serviços públicos.

Estas são algumas das razões que justificam a proposição deste requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 293

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente deste Poder à Secretaria de Estado da Administração, solicitando informações a respeito da política de cargos e salários dos Servidores do DETO - Departamento de Transporte Oficial, nos seguintes termos:

01. Qual a política de cargos e salários aplicada aos motoristas lotados no DETO?

02. Qual o salário inicial de tais servidores e quais as vantagens por eles percebidas (horas extras, dedicação integral, auxílios, etc.).

03. A Secretaria fornece a tais servidores a vantagem do vale-refeição ou vale-transporte?

Se fornece:

03.1. De que forma? Atendendo a quantos servidores?

04. Qual a carga horária de tais servidores?

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Pedido de Informações é uma prerrogativa legítima e legal (v. Constituição) dos Parlamentares, para a obtenção do Executivo, das informações necessárias ao desenvolvimento da atividade fiscalizadora

do Legislativo.

Denúncias que chegaram ao conhecimento do Deputado autor, dão conta de injustiças na política de cargos e salários dos motoristas servidores do DETO (Departamento de Transporte Oficial), da Secretaria de Estado da Administração. A veracidade de tais informações, contudo, só podem ser atestadas pelo levantamento da política aplicada a tais servidores, para o que, as informações solicitadas pelo presente, são da mais alta importância.

Temos certeza de que o Sr. Secretário de Estado da Administração, através do Departamento competente, dispensará ao presente a devida atenção, a fim de que se expliquem tais denúncias.

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de APARECIDINHA DO OESTE, desmembrando-o do Município de São Miguel do Iguaçu.

#### CONFRONTAÇÕES:

NORTE - Pelo Rio São Vicente, confrontando com o Município de Santa Helena;

NOROESTE - Pelo Rio São João, e por uma linha reta e seca e pelo Riacho Cedro, confrontando com o Município de Missal;

SUL - Pelo Rio Ocoí, confrontando com a área remanescente do município de São Miguel do Iguaçu; e,

OESTE - Pelo Rio Paraná, confrontando com a República do Paraguai.

#### LIMITES:

Inicia na Foz do Rio São Vicente subindo por este até o Rio São João, subindo por este até atingir a sua nascente, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Noroeste, até atingir o Riacho Cedro, e por este até atingir o Rio Ocoí, seguindo por este até o Rio Paraná, subindo pelo Rio Paraná até chegar atingir o ponto de partida na foz do Rio São Vicente.

#### PERÍMETRO URBANO:

"Norte: Limita-se com os lotes rurais de n°s 94, 92, 71 da Gleba n° 14 do Imóvel Guairacá.

Nordeste: Limita-se com os lotes rurais de n°s 94, 95, 96, 97, da Gleba n° 14 do Imóvel Guairacá.

Sul: Limita-se com os lotes rurais de n°s 121, 120, 119, 118, 117, da Gleba n°

14 do Imóvel Guairacá.

Oeste: Limita-se com os lotes rurais de n°s 116, 115, 114, 76, 73, 71, da Gleba n° 14 do Imóvel Guairacá."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 007/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de MERCEDES, desmembrando-o do Município de Mal. Cândido Rondon.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Rio Iguaçu, no Lago de Itaipu. Do ponto inicial sobe pelo Rio Guaçu até a foz do Lageado Guavirá, sobe por este até a sua nascente, deste ponto segue pela divisa dos lotes 13 do 28° perímetro e 113 do 18° perímetro, por esta divisa incluindo os lotes 13, 10 e 12 do 28° perímetro e excluindo o lote 113 do 18° perímetro até o Lageado 17 de Setembro, desce por este até a foz da Sanga Martin, subindo por esta até a linha de divisa dos lotes 140 e 135 do 18° perímetro, por esta divisa incluindo os lotes 140, 139 e 138, e excluindo o lote 135 do 18° perímetro até a divisa dos lotes 138 e 69 do 18° perímetro, por esta divisa incluindo o lote 68 e excluindo o lote 69 até encontrar o Lageado Belmonte, descendo por este até a divisa dos lotes 56 (incluindo) e 55 (excluindo) do 18° perímetro, seguindo por esta divisa até a Sanga 27 de Setembro, cruzando a mesma na linha de divisa dos lotes 10 e 58 (incluindo) e 9 e 59 (excluindo) do 42° perímetro, por esta divisa até encontrar o Arroio São Luiz, desce por este até a sua Foz no Lago de Itaipu, segue pelo lago de Itaipu à Montante do Rio Paraná até a Foz do Rio Guaçu, ponto inicial e final".

#### PERÍMETRO URBANO:

"Tem como ponto inicial e final a divisa da chácara 104 com a Rua Dr. Vale. Do ponto inicial segue pela Rua Dr. Vale até a divisa da Chácara 22, segue pela divisa das chácaras 22 e 20 (exclusive) e as quadras 6, 42, 31, 30, 19, 18 e 7 (inclusive) até a Rua Dr. Osvaldo Cruz, segue por esta até a Divisa da Chácara 72, segue pela divisa das chácaras 72, 71, 70, 69, 68, 103 e 104 (exclusive) e com as quadras 12, 13, 24, 25, 36, 37 e 1 (inclusive) até a Rua Dr. Vale, ponto inicial e

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(aa) GERNOTE KIRINUS

WERNER WANDERER

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 111/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Doutor Antonio Paranhos, com território desmembrado do município de São Jorge do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A região de Doutor Antonio Paranhos, nos últimos anos adquiriu uma emancipação econômica, pela dedicação de sua população, que há muito tempo vem contribuindo significativamente na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do município de São Jorge do Oeste.

Por isso, atendendo a reivindicação dessa vigorosa população propomos nesse momento a emancipação do distrito com o objetivo de atendimento de seus problemas de urbanização, valorização e desenvolvimento local.

##### PROJETO DE LEI N° 112/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) LAURO IOBO ALCANTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, de Pato Branco, sabe que temos sido, e somos ainda hoje, uma das mais injustas e desiguais sociedades.

Sabe também que não está próximo o dia em que não mais existirá a divisão brutal entre a miséria e a opulência, mas entende que não será cruzando os braços e agindo

como mero expectador, que encurtaremos essa distância.

É por esse motivo que durante toda a sua existência vem prestando auxílio gratuito aos menos favorecidos, especialmente àquela classe que no nosso país tem sido injustamente penalizada: os idosos.

Entidade filantrópica, sem fins lucrativos, não tendo nenhum membro de sua Diretoria remunerada, já tem sua existência incorporada ao cotidiano de Pato Branco e adjacências.

Declarar essa entidade de Utilidade Pública é uma questão de Justiça.

##### PROJETO DE LEI N° 113/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - É obrigatório o plantio e o cultivo de árvores nativas às margens das rodovias sob a jurisdição do estado do Paraná, dentro das normas técnicas em vigor.

§ 1º - O Governo do Estado do Paraná, fará constar no Edital de concorrência pública, para cobertura ou asfaltamento das rodovias estaduais, a obrigatoriedade deste ato.

§ 2º - A firma vencedora da concorrência pública para a abertura ou asfaltamento das rodovias estaduais, se obrigará ao cultivo e conservação das árvores nativas, pelo período mínimo de 02 (anos) a contar do término da obra.

§ 3º - Findo o prazo do cultivo e conservação pela empresa vencedora da concorrência pública passará a referida obrigação constante no parágrafo anterior, à competência do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º - O fornecimento de mudas será efetuado através de doações dos órgãos estaduais competentes, em convênio com as Prefeituras Municipais.

Art. 3º - Serão plantadas e cultivadas, árvores específicas da Região ou outras de fácil adaptação ao meio ambiente.

Art. 4º - O plantio se dará a partir da conclusão das obras a serem executadas, não retroagindo a Lei às Rodovias Estaduais já concluídas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Reputamos de suma importância a arborização de nossas rodovias, levando em consideração a grave ajuda que será fornecida ao equilíbrio ecológico, além de proporcionar aos viajantes acolhedores pontos

de descanso e atrativos aos seus olhos.

A devastação de nossas matas é generalizada e criminosa, haja vista que, ao percorrermos o nosso Estado, principalmente, a zona da mata, não encontramos mais extensas florestas e sim imensos vazios ou clareiras, incluindo as margens e cabeceiras de nossos rios e córregos.

Nosso Estado, devido à sua imensa área é dividido em regiões as quais, na sua maioria são identificadas por árvores e plantas nativas comuns, por isso, entendemos que as rodovias sendo arborizadas por essas plantas nativas, viriam gravar aos viajantes, o reconhecimento das mesmas, além de preservar as espécies da ação de depredadores inconseqüentes.

Temos conhecimento, de rodovias estaduais e ou nacionais, bem como de outros países onde as faixas de domínios de determinadas rodovias que são arborizadas, trazem maior estabilidade, à conservação asfáltica ou terraplanagem e ajudam na não erosão dos barrancos que as margeiam, inclusive, "protegendo" as rodovias de possíveis enchentes, cheias e/ou inundações, que ao contrário, viriam destruí-la, abrindo crateras, diminuindo sua vida útil.

Desejamos ainda, inteirar-se de que em muitos municípios de nosso Estado, já existem viveiros de mudas de plantas nativas regionais que poderão ser aproveitadas para o cumprimento desta proposição.

Foi com o pensamento voltado ao embelezamento e conservação das nossas rodovias aliado à preservação do equilíbrio ecológico e ao fundo instrutivo da proposição, que apresentamos ao crivo dessa Mesa este Projeto de Lei, na certeza de nossa contribuição aos Poderes Constituídos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há Oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

Declina.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PTN.

Declina.

Concedo a palavra à Liderança do PL.

Declina.

Concedo a palavra à Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sras. Deputadas, demais integrantes e presentes a esta primeira sessão desta nova semana.

Neste dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos preocupa e chamo a atenção sobre a situação das finanças públicas do Estado do Paraná. Esta matéria já foi de-

batida muitas e muitas vezes em diferentes conjecturas neste Parlamento, mas até hoje, nós, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, não tivemos a rica oportunidade de sabermos a verdade, a quantas andam as finanças públicas do Estado. Ainda estamos lembrados das palavras de Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná, quando ele aqui esteve no dia 15 de fevereiro e na falação que proferiu na nossa tribuna.

Em viva voz afirmou que a situação das finanças do nosso Estado está as mil maravilhas.

Disse ele, por exemplo, "que o Paraná ocupou o 1º lugar no crescimento industrial do País, em 89, graças ao esforço do Governo."

Disse ele também, "que a economia paranaense registrou um crescimento de 4,4%."

Disse também o Governador, Sr. Presidente, Srs. Deputados "que a produção agrícola do nosso Estado cresceu 20% em relação a safra anterior".

Disse ele também "que a arrecadação do ICM no nosso Estado teve um crescimento de 27% acima da inflação registrada no período de 89".

Disse o Governador também "que em 89 ele concedeu um aumento de mil por cento acima da inflação, aos nossos funcionários públicos", palavras do Governador, que aqui estão registradas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada ouvimos através da imprensa, imprensa falada, escrita e televisionada, palavras do próprio Governador do Estado e do responsável pelas finanças públicas do nosso Estado.

Notícias estampadas nos nossos jornais que dizem o seguinte:

"Que a previsão de receita este mês será de 3.8 bilhões de cruzados, enquanto que os gastos do governo estarão em torno de sete bilhões e meio de cruzados novos".

Disse também o Governador e o responsável pelas finanças "que nossos funcionários públicos não vão receber a reposição, IPC, de acordo com a lei aprovada por esta Casa, em janeiro, porque as finanças do Estado não comportam.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que estou propondo e quero convidar todos os Parlamentares de todas as Bancadas, que precisamos, urgentemente, tirar a limpo a situação das finanças públicas do nosso Estado para sabermos quem tem razão: se é o governador quando vai para televisão e quando vem a este Parlamento, ou então tem razão quando fala que não pode fazer as obras públicas, quando fala que não pode pagar os salários, quando fala que não pode pagar reposição porque o Estado está falido.

Precisamos tirar a limpo e o único me-

canismo que nós dispomos neste Parlamento como instrumento de minoria porque a maioria é algo difícil, já testamos e não atingimos o objetivo, é a Comissão Parlamentar de Inquérito, que pode ser constituída sob aprovação de um terço dos Parlamentares. É com base nisso que, a partir de hoje, estarei conversando com todas as Bancadas para debatermos e concluirmos pela necessidade de tirarmos a limpo a situação das finanças públicas do nosso Estado.

Por isso, convido a todos para que nós nos empenhemos, que ouçamos as partes e tornemos público a este Parlamento e ao povo do Paraná a verdade. Porque até hoje nós vivemos três anos e meio de mentira.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós temos acompanhado nesses últimos dias e esta Casa foi testemunha, semana passada, da preocupação de alguns seguidores do funcionalismo público do Estado com relação ao problema do regime jurídico unificado. E nós estamos encaminhando à Mesa da Casa um requerimento, hoje, pedindo a realização de uma Mesa redonda para debate e uma análise do anteprojeto de implantação do regime jurídico unificado no Estado do Paraná, baseado, inclusive, até, porque hoje cada um dos Senhores Deputados receberam em seus gabinetes - ou estão aqui no Plenário, - um requerimento, um ofício da Associação dos Professores um anteprojeto de lei, onde eles mesmos pedem uma análise mais profunda em relação a este assunto que eu acho que é por demais importante. Já foi polêmico, inclusive, quando da discussão da nossa Constituição do Estado do Paraná quando chegamos neste item. Evidentemente, agora, abre-se um espaço importante para que se discuta este

problema todo.

O tratamento uniforme... (Lê requerimento, anexo, a partir da JUSTIFICATIVA).

Para todos os servidores, índices únicos de reajuste salarial, fora de ingresso mediante concurso, são alguns dos muitos e polêmicos pontos abordados no Regime Único para o funcionalismo estadual, que deverá entrar em vigor após a promulgação da Lei.

O Diário Oficial que circulará na próxima quarta-feira, dia 14, trará, na íntegra o anteprojeto de lei que institui o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais, em cumprimento aos mandamentos das Constituições Federal e Estadual. Com essa publicação, espera-se receber novas críticas e sugestões.

O Governo do Estado do Paraná, em janeiro de 1989, criou um Grupo de Trabalho, composto de técnicos de alto nível para elaborar um anteprojeto sobre o disposto constitucional. Em janeiro de 1990, o anteprojeto foi entregue aos dirigentes dos órgãos governamentais e aos dirigentes das entidades sindicais, para que se procedessem a análise crítica e apresentassem as propostas alternativas.

No dia 24 de janeiro de 1990, os dirigentes das entidades sindicais apresentaram sua análise crítica e suas propostas a nível macro, visando atender o cronograma estabelecido. No entanto, segundo os dirigentes Sindicais, o Governo, pela Secretaria de Estado da Administração, só no dia 09 de fevereiro entregou a 2ª versão do anteprojeto, sem ter contemplado as propostas alternativas das entidades classistas, motivo pelo qual, os servidores, através de suas entidades, têm se mobilizado no sentido de alertar pontos inconvenientes do anteprojeto, como prejuízo ao direito adquirido de algumas categorias e outros vícios.

Ora, embora se aperceba a necessidade e importância da implantação de um novo regime jurídico para os servidores do Estado, é de bom alvitre prevenir para que isso não venha em prejuízo a esses servidores. Há o caso nítido dos integrantes do magistério que em moções intermináveis, têm nos apontado os prejuízos advindos à categoria, por ocasião do anteprojeto.

A Constituição que procurou ensejar conquistas à população do Paraná promovendo a justiça no seu mais alto grau, não pode, em hipótese alguma, propiciar a edição de atos que venham caracterizar exatamente a perda de direitos adquiridos.

Destarte, ao Poder Legislativo, cabe o estudo aprofundado da questão, visando a fundamentação da sua posição quando da análise e votação da matéria, visando a prevenção de tais prejuízos ao Estado, aos servidores ou à população.

É importante destacar que as conclu-

sões dessa Mesa Redonda servirão de ali-  
cerce para o parecer a ser oferecido pelo  
Plenário da Assembléia Legislativa do Es-  
tado sobre a instituição do Regime Jurídico  
Único. (Termina de Ler).

Por isso eu encareço aos Senhores Par-  
lamentares para que votem favoravelmente  
este meu requerimento, que requer, repito,  
uma Mesa Redonda para debate e análise do  
anteprojeto de implantação do Regime Jurídico  
Unificado no Estado do Paraná para  
que dúvidas sejam realmente dissipadas.

Porque a categoria de professores tem  
uma situação, a segurança pública tem ou-  
tra situação, a saúde tem outra situação e  
o servidor comum, o administrativo, o ser-  
vidor geral também tem outra situação, en-  
tão não se pode englobar todos os servido-  
res do Estado numa só posição.

A mesma coisa, me parece, deverá acon-  
tecer a nível de servidor municipal tam-  
bém. Por esta razão esta Mesa Redonda se-  
ria importante para dirimir estas dúvidas  
para dar o embasamento já do parecer do  
Plenário da Assembléia Legislativa com re-  
lação do Regime Jurídico Unificado.

Por isso o apelo que eu faço é para  
que votem favoravelmente e votando favora-  
velmente a Mesa da Assembléia vai, eviden-  
temente, procurar designar uma data para  
realização desta Mesa Redonda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto  
à Liderança do PSDB se fará uso do seu  
horário.

(DECLINA)

Consulto à Liderança do PMDB se fará  
uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Eduardo Bag-  
gio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente,  
Senhores Deputados.

Há algum tempo atrás nós demos entra-  
da, nesta Casa, no projeto de lei de des-  
membramento do Distrito de São José do  
Ivaí, desmembrando-se de Santa Izabel do  
Ivaí e do Distrito de Vila Alta desmem-  
brando-se de Umuarama.

Entendemos nós que somos apenas o  
instrumento legal para que isso aconteça.  
Somos o instrumento legal da vontade da  
população desses distritos. Não é a nossa  
vontade, não é o nosso voto que vai in-  
fluenciar para que esses Distritos sejam  
ou não emancipados.

Demos entrada desses dois projetos de  
resolução, foram aprovados e no próximo  
dia 25 de março esses dois Distritos esta-  
rão fazendo, como alguns outros também do  
Estado do Paraná, o seu plebiscito. Irá  
ser imperada a vontade popular.

Mas acontece alguma coisa estranha no  
Município de Santa Izabel do Ivaí, o qual

eu represento.

Inconformado o seu Prefeito vai à im-  
prensa e nos acusa de grilarmos terras.  
Ora, meus Senhores Deputados, Senhor Pre-  
sidente, quem somos nós para grilarmos ter-  
ras de um município? Somos, como já disse  
anteriormente, apenas o instrumento legal  
para que aquilo acontecesse. Nem o meu vo-  
to nem o do Prefeito de Santa Izabel do  
Ivaí irá prevalecer. Nem ele vota no Dis-  
trito nem eu voto naquele Distrito. E acu-  
sa ainda que venho a esta Assembléia, como  
diz aqui numa altura de sua nota: "Esta  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
está uma vergonha." Eu acho que vergonha  
deve estar a administração daquele Prefei-  
to.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - V.Exa. permite  
um aparte? (Assentimento).

Deputado Eduardo Baggio, eu acompanho  
há, aproximadamente, sete anos o seu tra-  
balho nesta Casa e eu sei que V.Exa. tra-  
balha com muita dignidade, com muito res-  
peito. Eu sei que V.Exa. é um homem sério,  
é um Deputado sério, e eu não poderia nes-  
te momento deixar de me somar a V.Exa.  
neste discutido e triste episódio que  
V.Exa. relata nesta tribuna. É evidente  
que esse Prefeito não está perfeitamente  
consciente, ele não está com a razão per-  
feita para, em uma pequena entrevista,  
conseguir dizer tantas besteiras.

Portanto, ilustre Deputado, eu me somo  
a V.Exa. Sei que V.Exa. agiu com a maior  
lisura, que apresentou um projeto solici-  
tando um plebiscito e quem vai dizer se  
quer emancipar, se desligar do outro Muni-  
cípio é a população e não V.Exa. e nem es-  
ta Assembléia. Esta Assembléia não emanci-  
pa nenhum Distrito. Esta Assembléia soli-  
cita ao Tribunal Eleitoral que determine  
um plebiscito para que a população diga se  
quer emancipar ou não.

Portanto, ilustre Deputado, eu me somo  
a V.Exa. e a esta Casa, porque eu sei,  
V.Exa. sabe da lisura com que V.Exa. sem-  
pre agiu.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu agradeço o apar-  
te de V.Exa. e a razão da qual venho a  
esta tribuna para deixarmos aqui o nosso  
voto de repúdio a essa pessoa que, acho  
que inconformada com a vontade de seus mu-  
nícipes, pois creio que assim como da mes-  
ma maneira que aqueles seus munícipes o  
colocaram na Prefeitura, imperando a von-  
tade da maioria, a maioria daquele Distri-  
to irá também, através do voto popular,  
dizer se querem ou não se emancipar.

Deixo aqui mais uma vez em nome desta  
Casa, pois esta Casa foi atingida, o nosso  
repúdio ao Prefeito de Santa Izabel do  
Ivaí pelas suas declarações feitas na Fo-



O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - V.Exa. permite um aparte, Deputado Baggio? (Assentimento)

Deputado Baggio, eu quero me solidarizar com V.Exa. porque o Prefeito de Santa Izabel do Ivaí tem marcado sua administração pela irresponsabilidade e esta irresponsabilidade está nas palavras dele em que procura com que São José do Ivaí não seja município, como também Santa Mônica, já estou com o projeto pronto e vou precisar de sua assinatura para que entremos em bloco para que aquele povo de Santa Izabel do Ivaí, pois o Senhor Prefeito, mordido pela mosca azul do PRN e de Fernando Colôr, está na euforia de querer ser Deputado. Então, seria uma satisfação disputarmos a eleição com ele, porque graças a Deus Santa Izabel ficaria livre desse Prefeito e nós poderíamos no campo da luta disputarmos com ele, palmo a palmo, o voto do povo de Santa Izabel onde V.Exa. é o Deputado mais votado e eu tive a honra de ser o segundo mais votado e lá nós iríamos mostrar à população quem está certo: se é o povo de São José do Ivaí, com V.Exa. em Santa Mônica e com esse Deputado em Santa Izabel que ganhará com a renúncia do Sr. Prefeito e com a criação dos dois municípios que, se Deus quiser, nós conseguiremos a aprovação desta Casa.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu agradeço seu aparte e agradeço a atenção do Presidente por nos conceder esses minutos a mais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. Deputado Baggio tem a solidariedade da Mesa.

Encerrado a Hora do Expediente passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, comunicando que se ausentará do País no período compreendido entre os dias 14 e 23 do corrente mês, por motivos particulares e profissionais ligados à área de especialização em meio ambiente.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer e Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 114/89, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA-MEPROVI, com sede em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 68/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, dispõe que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA por unanimidade. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I do Artigo 9° da Lei n° 8.933/89, e acrescenta o inciso III e § 1° ao artigo 10 (ICMS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89 de 16.10.89)

#### Comissão de Constituição e Justiça PROJETO DE LEI N° 272/89

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade alterar o inciso I, do artigo 9°, da Lei n° 8.933/89, e acrescentar o inciso III e § 1° ao artigo 10. (ICMS).

Do ponto de vista desta Douta Comissão de Constituição e Justiça, nada há que obste, tanto do aspecto constitucional, quanto regimental, a tramitação desta matéria.

Portanto, somos de opinião favorável ao presente projeto de lei e nos manifestamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO MAXINVEST. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02 de 19.02.90).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 83/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de RIO BONITO desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

Para relatar, com a palavra o Deputado Cândido Bastos da Comissão Geral.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Lê:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 83/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, visa criar o Município e RIO BONITO, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas nele especificadas.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, entende que a matéria obedece os ditames constitucionais e demais normas de lei vigentes.

Assim sendo, pelas condições apresentadas acima, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 083/90.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

O nosso Parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei 83/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer ao projeto. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para informar à Mesa que no dia de amanhã pretendemos desenvolver algum raciocínio e discutir o Projeto de Lei n° 272/89, de nossa autoria, que modifica alguns artigos, ou melhor, altera o inciso 1° do artigo 9° da Lei n° 8933 que diz respeito ao ICMS, tendo em vista que na ocasião da elaboração dessa lei nós tivemos um grande debate nesta Assembléia que culminou com o projeto aprovado na forma de substitutivo geral e nós temos agora a proposta dessas mudanças, algumas das quais nós já temos conhecimento e as outras nós queremos ainda discutir com Vossa Excelência e com este Plenário.

Apenas para registrar que amanhã deve-

remos discutir o Projeto n° 272/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 294, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 293, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Em votação..

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 295, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 285, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Em votação.

Sobre a mesa o requerimento até que chegue aqui o projeto, a Mensagem do Governo do Estado para constituir a Comissão. A Mesa consulta o Deputado Algaci Túlio se concorda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, há uma previsão de quando chegará aqui esse anteprojeto ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, não há previsão Deputado. Há várias ameaças de envio dessa mensagem e até agora nada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Bem, se o Senhor entende que a melhor maneira seria essa de aguardar chegar esse anteprojeto primeiro do Estado para discutirmos em mesa redonda... Se bem que eu gostaria de ouvir a posição das diversas categorias de funcionários do Estado para que pudesse já preparar alguma discussão em cima do anteprojeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que está pretendendo que isto aconteça e vai, na ocasião, submeter a voto o seu requerimento.

Adiado para época oportuna.

Requerimento de n° 292, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 268, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior.- Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Consultaria Vossa Excelência se este requerimento está convocando o Presidente da OAB e se isto seria feito numa comissão ou em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É um convite. Como não há comissão, a Mesa poderia reservar quinze minutos do Grande Expediente para que Sua Excelência se manifestasse.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Para falar sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dívidas judiciais do Estado.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - A nossa banca-da vota contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há que ter uma manifestação física.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Gostaria que fosse feita a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere. Será feita uma nova leitura.

(O Senhor 1º Secretário procede à leitura do requerimento do Deputado Hermas Brandão).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, se a moda pega, amanhã temos aqui a excelentíssima senhora Presidente do Sindicato das Prostitutas para fazer palestra nesta Casa.

A Assembléia Legislativa é composta de representantes do povo; representam cada segmento da sociedade paranaense. Não precisamos que ninguém ocupe a tribuna aqui em horário normal, para isto existe o plenário lá embaixo, onde os interessados podem reunir quantas pessoas quiserem,

segmentos que bem entendam, para ouvir a palestra de advogado, de chefe sindical, de Presidente da CUT, de Presidente da Associação das Senhoras daquilo que já falei.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, quero neste momento ser solidário ao Deputado Erondy Silvério. Uma vez que existem as prerrogativas dos Senhores Deputados, através de um ofício direto para que tomem conhecimento das dívidas judiciais do Estado, não haveria nem razão, inclusive, de preocupar o Presidente da OAB para vir à Assembléia Legislativa dizendo quanto o Estado deve.

O Deputado Hermas Brandão, - a quem tenho grande respeito, sabe perfeitamente que ele tem autoridade, como Deputado, para tomar conhecimento destas dívidas. O que não podemos fazer é exatamente o que o Deputado Erondy Silvério acaba de afirmar. Daqui a alguns dias não vai ter espaço para os Deputados, nas tribunas, defenderem os interesses do Estado e suas regiões, porque todo o mundo... vai acabar virando uma casa de viúva a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós pedimos a Vossa Excelência, como Presidente que tem demonstrado competência e pulso para gerenciar esta Casa, queremos que aqui tenha a voz dos Deputados eleitos pela comunidade do Paraná. Muito obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria que Vossa Excelência, Senhor Presidente, como sempre tem feito, ponderasse que aqui nós jamais vamos convocar a Presidente da Associação das Prostitutas, mesmo porque a própria expressão é discriminatória.

Estamos discutindo aqui a convocação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, uma entidade que representa forte segmento da sociedade civil que tem, ao longo do tempo, se manifestado sobre todos os assuntos relevantes que aconteceram nas últimas décadas neste País. Nós temos hoje o futuro Ministro do Governo Collor de Mello um ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil deu contribuições enormes no campo político, na campanha das "Diretas Já", no campo jurídico, na elaboração da Constituinte Federal e Estadual.

A OAB, através do seu Presidente, sensível aos problemas que afetam o Estado, pode e deve vir a uma sessão plenária dar

os esclarecimentos. Esta é uma prerrogativa exclusiva do Parlamentar que tem o direito do uso da tribuna, mesmo porque a Constituição já não estabelece mais o princípio da democracia representativa exclusiva dos seus representantes. A Constituição Federal diz que a democracia se exerce pela representação e de forma direta. E a forma direta do exercício democrático é exatamente isso que o Deputado Hermas Brandão está propondo, trazer aqui um representante de uma entidade séria que vem falar sobre os débitos judiciais do Estado.

Qual o Parlamentar que sabe quais são os débitos judiciais do Estado? Quem sabe quantos acordos foram feitos com os débitos judiciais? Que importância foi paga? Em que condições esses acordos foram realizados? Se se cumpriu rigorosamente a ordem de requisição dos precatórios ou não. Se não se cumpriu está-se violando a Constituição e o Direito do cidadão, que tem o direito de receber o crédito pela ordem de requisição cronológica. Ora, por que deixar esse assunto que interessa a inúmeras mulheres que possuem créditos alimentares por receber... E dia 08 de março, Deputada Irondi, Deputada Arialba, Deputada Amélia, teve aqui uma reunião em que se combatia a odiosa discriminação à mulher. Porque que esse Parlamento não tem o direito de saber das pensões alimentares? Como se comportou o Governo no encaminhamento desses débitos?

Eu acho que é o momento de se exercitar esse princípio que é basilar, que não é mera letra morta da Constituição Federal, da democracia representativa e direta. A representativa, somos nós os Parlamentares, os Vereadores, os Deputados Federais e os Senadores. Mas esta democracia representativa do Parlamentar não é exclusiva nossa. Esta tribuna hoje não pertence apenas ao Deputado, ela tem, está embutido constitucionalmente nesta tribuna o conceito maior da democracia no País, que o exercício dela é pela via direta, e o exercício pela via direta faz com que nós Parlamentares aqui convoquemos o Presidente da OAB, o Presidente do Sindicato, da CUT e da CTG, do CGT, seja do que for, quando necessário para prestar esclarecimentos. Negar, que uma entidade séria como a OAB venha ao plenário desta Assembléia é fugir do discurso que se faz, de que a sociedade civil, deve participar, deve dar sua contribuição, e quando é chamada lhe é negado o direito. Se o próprio Presidente agora, depois de passada as eleições na televisão faz o apelo da união nacional, que eu tenho minhas dúvidas e eu não concordo, e aqui não estou fazendo esse apelo, mas se há nisto, algum desprendimento, porque que esta Assembléia não cumpre a

Constituição e exercita a democracia direta, abre as portas da Assembléia para todo mundo falar, quem quiser falar, desde que tenha consigo embutido e por trás de si a liderança e a representação de segmentos sérios e representativos da sociedade.

É este o objetivo desse requerimento, é uma forma de se esclarecer o comportamento da sociedade civil da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado, sobre o assunto que é mais sigiloso que a decoração do inferno. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Deputada Arialba.

A SRA. ARIALBA DO ROCIO - Senhor Presidente, eu gostaria que se desse oportunidade ao Presidente da OAB de comparecer aqui nesta Casa e nos esclarecer, pois fica muito difícil esclarecer a Parlamentar por Parlamentar. Quando Vereadora da situação no meu Município, eu fazia questão que se esclarecesse todas as situações, pois quem nada deve, nada teme e que a verdade brilhe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no dia 8 de março nós fizemos uma Sessão Solene e apresentamos projeto de lei para colocar na Legislação o diário complementar e na vida da mulher do Paraná, no dia-a-dia, da mulher do Paraná, aquilo que nós, já conquistamos nas Leis.

Mas a nossa sociedade só vai se transformar, quando perder a discriminação que faz pondo contra a mulher, contra a criança, o idoso e demais segmentos da sociedade.

Eu acho que nesta Casa todos são livres, votam de acordo com suas consciências e representatividade, agora não poderia deixar de dizer que se as prostitutas quiserem através da sua representante nacional, prostituta Gabriela quiserem vir a esta Casa, fazer uso da palavra nós estaremos a defendê-la, porque a prostituição no Brasil é fruto do sistema e como tal, nós devemos discuti-lo para podermos eliminá-lo da face da terra.

Eu uso da palavra agora, para dizer isto, como Presidente do Conselho da Condição Feminina do Paraná. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, eu acho que este Parlamento tem que ser o mais aberto possível para discussão.

Acho que a Assembléia Legislativa, como representantes populares, tem a obriga-

ção de convocar pessoas, de ouvir pessoas, de dirimir dúvidas para se posicionar.

No entanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência ao longo do seu conhecimento público, da sua experiência legislativa, há de convir que estamos distorcendo nos encaminhamentos, o próprio objetivo do requerimento.

O requerimento lido pelo ilustre Deputado José Rogério Carvalho, e o requerimento está na Mesa parece-me que não poderia ser algo de discussão neste Plenário, porque ele está reservando o Grande Expediente da Sessão, para uso do Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná. E o Regimento Interno da Casa, Senhor Presidente, é muito claro, de que as sessões plenárias da Assembléia Legislativa, são exclusivas dos Parlamentares. Não há como haver a cedência do Grande Expediente ou do Horário de Lideranças, ou de Pequeno Expediente, para quem não é investido do cargo de Parlamentar.

Tenho ouvido muitas vezes de Vossa Excelência advertências à platéia, de que a platéia assiste à sessão plenária, no entanto não pode se manifestar com vaias e nem com aplausos. Os precedentes abertos podem ser perigosos. Nada impede que num determinado momento, um Deputado usando da tribuna seja aparteado por alguém fora do mandato parlamentar, se nós começarmos a ceder horários da Assembléia, do período da Sessão Legislativa a quem não investido de um mandato parlamentar...

Eu acredito que o Deputado Hermas Brandão, a quem eu respeito, redigiu o seu requerimento inclusive de forma falha, poderia requerer a presença do Presidente da Ordem em qualquer outro instante, mas não para utilização do Grande Expediente da Assembléia Legislativa, que é anti-regimental. Ademais, eu não sei se o Presidente da Ordem concordaria, o conhecimento das finanças públicas, do pagamento de pensões, não significa que o Presidente da Ordem, pelo exercício da função de Presidente da Ordem conheça. O Judiciário é um Poder independente. Os advogados que demandam as causas são os donos das suas causas. Não sei se gostariam que nesta casa houvesse uma discussão da causa que ele está discutindo.

Pelo que me parece, o Presidente da Ordem é Procurador do Estado. Há implicações pelas quais eu acredito que este requerimento, na forma em que está redigido, não pode ser aprovado por este Plenário, principalmente pelo erro técnico de redação, de reservar o Grande Expediente de uma sessão para que seja usado dentro do horário de uma sessão privativa de um Parlamentar, revestido de um mandato popular, alguém que não tenha este revestimento. Porque se não, o Regimento Interno e a

própria Constituição não estarão sendo cumpridos. Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) - Levantou bem o Deputado Caíto Quintana. Senhor Presidente, apenas a título de exemplo, e eu não sou contrário à vinda, aqui, do Presidente da OAB para fazer algumas explicações. Mas, levantou bem a seguinte questão: vamos supor que para a próxima quarta-feira, dia previsto para vir aqui o Presidente da OAB, esteja um Deputado que não queira ceder o seu Horário no Grande Expediente. Como é que ficaria a Assembléia, neste ponto, para poder decidir?

Então, parece-me que, na verdade, o requerimento não foi bem redigido, não esclareceu bem esta vontade do Deputado Hermas Brandão, em trazer aqui o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Poderia ser de comum acordo com as Lideranças, talvez, não é? Mas, parece-me que no Grande Expediente, foge realmente, do que diz o nosso Regimento Interno.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Questão de Ordem) - Apenas para esclarecer aos nobres Deputados Caíto Quintana e Algaci Túlio que o requerimento não determina que seja na hora do Grande Expediente. A hora do Grande Expediente foi uma sugestão da Presidência. É o dia 14. Basta aprovar o requerimento e daí se discutir o momento oportuno em que ele vai prestar o seu depoimento na Assembléia.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Questão de Ordem) - Se Vossa Excelência solicitar a leitura, novamente, do requerimento, vai constatar que desde já se reserva o Grande Expediente da sessão do dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Questão de Ordem) - Há um pedido de votação nominal, encaminhado por este Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deixa de receber o requerimento de Vossa Excelência porque já tinha iniciado o processo de votação, sem a nominal. REJEITADO o requerimento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Questão de Ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Hermas Brandão, queiram levantar-se: 23 (vinte e três) dos Senho-

res Deputados rejeitam. Os que aprovam, queiram levantar-se. 18 (dezoito) dos Senhores Deputados aprovam. Está REJEITADO o requerimento.

Requerimento de nº 299, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 287, 288, 289, 290, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 296, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 283, 284, de autoria da Senhora Deputada Arialba Freire, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 286, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 281, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 280, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 276, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 275, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 273, 272, de autoria da Senhora Deputada Arialba Freire, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 297, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 282, de autoria da Senhora Deputada Arialba Freire, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/89.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272/89, 13/90, 83/90 e do Projeto de Resolução nº 69/89.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 32/90, 92/90, 93/90 e dos Projetos de Resolução nºs 74/89, 96/89, 99/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 1990.

#### O redutor e os servidores públicos

A Lei nº 9.105 de 23 de outubro de 1989 instituiu, no âmbito estadual o chamado redutor salarial. Tal medida alcança os servidores dos Três Poderes do estado e serve de justificativa para diminuir os encargos do estado com a folha de pagamento. (No Poder Judiciário o estado economizou 3% na verba de pessoal).

Sem maiores comentários sobre a total impropriedade da expressão (redutor), eis que os vencimentos dos servidores públicos, por garantia constitucional são irreduzíveis (art. 37, XV/CF), é de ser ressaltado que a imposição de uma limitação para as remunerações pagas pelo Poder Público é justa e de bom senso, não se aceitando, todavia, que a interpretação da Constituição extrapole os fins por ela colimados.

O constituinte agiu com sabedoria ao estabelecer o limitador no âmbito dos respectivos Poderes, evitando, por esse modo, a quebra da hierarquia estipencial entre as autoridades constituídas de cada Poder e seus servidores.

O que se presencia, no entanto, é a utilização para fins de redução de vencimentos e proventos, de limite exclusivo de um dos Poderes do Estado (Executivo), no âmbito dos outros Poderes (Judiciário e Legislativo). Acrescente-se, por lamentável, o fato da remuneração dos secretários de Estado estar sendo clara e intencionalmente defasada em relação aquelas percebidas pelas autoridades congêneres dos Poderes Judiciários e Legislativo.

A Constituição Federal ao estabelecer, no artigo 37, XI, a obrigatoriedade do limitador no âmbito dos respectivos Poderes, não usou palavras desnecessárias. Objetivou o constituinte, sem dúvida, que se observasse as peculiaridades de cada Poder.

Infelizmente, o texto constitucional não vêm sendo corretamente interpretado.

Os servidores estaduais, é bom que se afirme, nada mais conquistaram do que uma reposição, que não é um aumento de vencimentos, se não aplicadas de uma forma geral, implica em redução vedada pelo texto Constitucional.

A redução em apreço, igualando desiguais, inconstitucional e injusta, terá



como efeito maléfico imediato, a quebra da hierarquia funcional em termos de remuneração, desestimuladora da aceitação de encargos e responsabilidades.

Para encerrar esta questão, é inadmissível que não seja observado por quem de direito, pelo menos o disposto no artigo 250 de nossa Constituição Estadual:

"No caso de superveniência de alteração legislativa estadual que prejudique direito previsto em lei, o Estado assumirá, desde logo através do Poder competente, todos os encargos necessários para assegurar a integral fruição do direito por quem, oportunamente o tenha adquirido".

Esse também o entendimento manifestado

pelo Superior Tribunal de Justiça, na Resolução n° 10/89, publicado no Diário da Justiça da União de 29 de dezembro de 1989;

"Art. 5° - Os servidores ativos e inativos não poderão sofrer nenhuma redução de remuneração, devendo, quando for o caso, ser-lhes assegurada a diferença como vantagem pessoal, nominalmente identificável, sobre a qual incidirão os reajustes identificados".

(a) ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO  
Reportagem concedida ao  
Jornal Gazeta do Povo 5/2/90  
Jornal Estado do Paraná  
Gazeta na Justiça - 5/2/90